



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640169 - GO (2021/0013440-6)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE GOIAS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
MARCIO ROSA MOREIRA - GO041382
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : CECILIO JUNIO FERNANDES SOUSA (PRESO)
PACIENTE : WEIGH PEDRO DA SILVEIRA (PRESO)
PACIENTE : DANILO ANDRADE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de CECILIO JUNIO FERNANDES SOUSA, WEIGH PEDRO DA SILVEIRA e DANILO ANDRADE, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (Apelação Criminal n. 115159-95.2018.8.09.0175).

Os pacientes foram condenados, respectivamente, às penas de 6 anos e 6 meses de reclusão no regime inicial fechado e de 78 dias-multa (Cecilio Junio e Weigh Pedro), bem como à pena de prestação pecuniária, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e prestação de serviços à comunidade, nos termos do art. 46 do Código Penal (Danilo Andrade).

A impetrante sustenta que o aumento no cálculo da pena intermediária dos réus, pela agravante da reincidência, deixou de seguir a recomendação desta Corte Superior, sendo fixada de maneira genérica e arbitrária.

Nesse sentido, afirma que a decisão estabeleceu o patamar de 1 (um) ano para a agravante da reincidência a todos os réus, indiscriminadamente, à revelia do princípio da individualização da pena.

Requer, liminarmente, a aplicação da causa de aumento decorrente da reincidência à fração de 1/6, com o respectivo redimensionamento das penas cominadas aos pacientes. No mérito, pugna pela confirmação da medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao

processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência